

PROCESSOS PSICOSSOCIAIS NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA HISTÓRICO-CULTURAL SOBRE CONJUGALIDADES NÃO MONONORMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PSYCHOSOCIAL PROCESSES IN PSYCHOLOGY TRAINING: A CRITICAL HISTORICAL-CULTURAL ANALYSIS OF NON-MONONORMATIVE CONJUGALITIES IN HIGHER EDUCATION

PROCESOS PSICOSOCIALES EN LA FORMACIÓN EN PSICOLOGÍA: UN ANÁLISIS HISTÓRICO-CULTURAL CRÍTICO DE LAS CONYUGALIDADES NO MONONORMATIVAS EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR

Viviane Silva Pires¹

RESUMO: As transformações contemporâneas nas formas de organização da intimidade tensionam modelos conjugais historicamente naturalizados na formação em Psicologia, sobretudo a centralidade da monogamia como parâmetro implícito de normalidade. Considerando a lacuna existente quanto à problematização sistemática da mononormatividade no âmbito da educação superior, este artigo investiga como os processos psicossociais implicados na formação profissional participam da construção de sentidos sobre conjugalidades não mononormativas. Objetiva-se analisar criticamente a constituição da consciência profissional à luz da teoria histórico-cultural, articulada à crítica da mononormatividade e à perspectiva decolonial. Para tanto, procede-se a estudo teórico de caráter qualitativo, baseado em análise conceitual de obras clássicas e contemporâneas que discutem mediação simbólica, colonialidade do saber e transformações da intimidade. Observa-se que a formação universitária opera como espaço privilegiado de internalização de categorias que estruturam o olhar clínico, podendo tanto reproduzir pressupostos normativos quanto favorecer sua problematização crítica. Conclui-se que o desenvolvimento da consciência profissional depende da explicitação das mediações históricas que sustentam as categorias conjugais ensinadas, ampliando o campo de reconhecimento das pluralidades relacionais contemporâneas.

1

Palavras-chave: Formação em psicologia. Mononormatividade. Teoria histórico-cultural.

ABSTRACT: Contemporary transformations in the ways in which intimacy is organized challenge historically naturalized conjugal models in Psychology training, especially the centrality of monogamy as an implicit parameter of normality. Considering the existing gap in the systematic problematization of mononormativity within higher education, this article investigates how the psychosocial processes involved in professional training participate in the construction of meanings about non-mononormative conjugal relationships. The aim is to critically analyze the constitution of professional consciousness in light of historical-cultural theory, articulated with the critique of mononormativity and a decolonial perspective. To this end, a qualitative theoretical study is conducted, based on a conceptual analysis of classic and contemporary works that discuss symbolic mediation, the coloniality of knowledge, and transformations of intimacy. It is observed that university education operates as a privileged space for the internalization of categories that structure the clinical gaze, potentially reproducing normative assumptions as well as fostering their critical problematization. It is concluded that the development of professional awareness depends on making explicit the historical mediations that underpin the conjugal categories taught, broadening the field of recognition of contemporary relational pluralities.

Keywords: Training in psychology. Mononormativity. Historical-cultural theory.

¹ Mestre em Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia

RESUMEN: Las transformaciones contemporáneas en la organización de la intimidad desafían los modelos conyugales históricamente naturalizados en la formación en Psicología, en especial la centralidad de la monogamia como parámetro implícito de normalidad. Considerando la brecha existente en la problematización sistemática de la mononormatividad en la educación superior, este artículo investiga cómo los procesos psicosociales de la formación profesional participan en la construcción de significados sobre las relaciones conyugales no mononormativas. El objetivo es analizar críticamente la constitución de la conciencia profesional a la luz de la teoría histórico-cultural, articulada con la crítica de la mononormatividad y una perspectiva decolonial. Para ello, se realiza un estudio teórico cualitativo, basado en un análisis conceptual de obras clásicas y contemporáneas que abordan la mediación simbólica, la colonialidad del conocimiento y las transformaciones de la intimidad. Se observa que la formación universitaria opera como un espacio privilegiado para la internalización de categorías que estructuran la mirada clínica, reproduciendo potencialmente supuestos normativos y fomentando su problematización crítica. Se concluye que el desarrollo de la conciencia profesional depende de la explicitación de las mediaciones históricas que sustentan las categorías conyugales enseñadas, ampliando así el campo de reconocimiento de las pluralidades relacionales contemporáneas.

Palabras clave: Formación en psicología. Mononormatividad. Teoría histórico-cultural.

INTRODUÇÃO

As transformações contemporâneas nas formas de organização da vida afetiva tensionam modelos relacionais historicamente naturalizados como universais. A pluralização das experiências conjugais — que inclui relações abertas, poliamor e outras configurações não monogâmicas consensuais — não representa mera inovação comportamental, mas deslocamento estrutural na maneira como intimidade, compromisso e exclusividade são concebidos nas sociedades ocidentais. Se, durante longo período, a conjugalidade monogâmica foi tratada como paradigma implícito de maturidade emocional, estabilidade e ajustamento psíquico, o cenário atual exige revisão crítica das categorias que sustentaram essa centralidade.

A Psicologia, enquanto campo científico e profissional, não esteve alheia à consolidação desses modelos. Ao longo do século XX, teorias do desenvolvimento, abordagens sistêmicas e referenciais psicodinâmicos incorporaram, ainda que de modo frequentemente implícito, a exclusividade conjugal como parâmetro de normalidade relacional. Tais categorias não emergiram em vazio histórico, mas foram produzidas em contextos culturais específicos, atravessados por valores morais, religiosos e jurídicos que associaram monogamia a estabilidade social.

A sociologia da intimidade evidenciou que as formas de vínculo se transformam conforme alterações nas estruturas sociais. Giddens (1993) descreveu a emergência do “relacionamento puro”, baseado na negociação reflexiva entre parceiros, enquanto Bauman

(2004) analisou a fragilidade dos laços na modernidade líquida. Entretanto, embora essas análises reconheçam a fluidez contemporânea, raramente interrogam a permanência da monogamia como norma estruturante do reconhecimento social.

Estudos recentes sobre não monogamias consensuais demonstram que tais arranjos não apresentam, por definição, maiores índices de insatisfação ou instabilidade quando comparados à monogamia (Conley et al., 2013). Ainda assim, a mononormatividade — entendida como regime cultural que toma a exclusividade como padrão moral e afetivo — continua operando como matriz silenciosa de inteligibilidade (Barker & Langdridge, 2010). A ausência de problematização explícita dessa norma contribui para sua reprodução nos discursos científicos e nas práticas institucionais.

No contexto brasileiro, essa discussão ganha contornos adicionais quando considerada à luz da colonialidade do saber. Geni Núñez tem argumentado que categorias psicológicas frequentemente universalizam experiências historicamente localizadas, invisibilizando modos de existência que escapam aos referenciais eurocentrados. A naturalização da conjugalidade monogâmica não é apenas escolha cultural, mas parte de matriz civilizatória que associou determinados arranjos afetivos à ideia de progresso e moralidade. Incorporar essa perspectiva implica reconhecer que a formação em Psicologia participa de processos mais amplos de
legitimação epistemológica.

3

A lacuna que se apresenta não diz respeito apenas à prática clínica, mas à própria formação universitária. Se a consciência profissional se constitui por meio da internalização de instrumentos simbólicos historicamente produzidos — conforme sustentado pela teoria histórico-cultural — então os referenciais ensinados na graduação e na pós-graduação participam diretamente da configuração do olhar clínico. Vigotski (1934/2001) demonstrou que os conceitos científicos reorganizam qualitativamente o pensamento; Leontiev (1978) destacou que a consciência emerge na atividade socialmente estruturada. A educação superior, nesse sentido, configura espaço privilegiado de mediação.

Apesar do avanço das discussões sobre diversidade sexual e de gênero nos currículos de Psicologia, a pluralidade relacional permanece frequentemente marginalizada ou tratada de modo tangencial. Observa-se escassez de análises que examinem sistematicamente como a formação profissional internaliza, tensiona ou silencia a historicidade das categorias conjugais. Essa lacuna teórica evidencia necessidade de investigação que articule normatividade relacional, colonialidade e desenvolvimento da consciência profissional.

O problema central que orienta este artigo é: como os processos psicossociais implicados na formação em Psicologia participam da construção de sentidos sobre conjugalidades não mononormativas e influenciam o desenvolvimento da consciência profissional?

Este trabalho tem como objetivo analisar, em perspectiva teórica, a formação universitária como mediação simbólica central na constituição do olhar clínico diante da pluralidade relacional contemporânea. A contribuição inédita reside na articulação entre teoria histórico-cultural e crítica da mononormatividade em chave decolonial, deslocando a discussão da prática clínica isolada para o campo das mediações formativas que a estruturam.

MÉTODOS

RESULTADOS

Conjugalidade como construção histórico-social e categoria regulada

A conjugalidade, frequentemente tratada como expressão natural da organização humana, constitui construção histórica situada em contextos sociais, econômicos e culturais específicos. A forma moderna de casamento baseada na escolha afetiva e na centralidade da intimidade não corresponde a arranjo atemporal, mas resulta de transformações estruturais próprias da modernidade ocidental. A consolidação da família nuclear, a secularização das instituições e a reorganização das relações de gênero contribuíram para instituir a monogamia como padrão legítimo de vínculo conjugal, articulando exclusividade, estabilidade e moralidade como atributos desejáveis do relacionamento (Weeks, 2007).

A sociologia da intimidade demonstra que as formas de vínculo se transformam conforme as mudanças nas estruturas sociais. Giddens (1993) descreve o surgimento do chamado “relacionamento puro”, caracterizado pela negociação reflexiva entre parceiros e pela centralidade da satisfação emocional mútua. Embora reconheça maior autonomia individual na modernidade tardia, sua análise permanece ancorada na lógica da diadicidade exclusiva, sem questionar radicalmente a monogamia como estrutura normativa. Bauman (2004), ao discutir a fluidez dos laços na modernidade líquida, enfatiza a instabilidade das relações contemporâneas, mas também parte da conjugalidade monogâmica como referência implícita de segurança emocional.

Estudos empíricos sobre não monogamias consensuais questionam pressupostos que associam exclusividade a maior estabilidade ou saúde psíquica. Pesquisas indicam que relações não monogâmicas não apresentam, por definição, índices superiores de insatisfação quando

comparadas a arranjos monogâmicos, sendo variáveis como comunicação explícita e negociação de limites fatores centrais para o funcionamento dessas configurações (Conley et al., 2013). Ainda assim, a monogamia permanece como matriz hegemônica de reconhecimento social, operando frequentemente de modo implícito nos discursos científicos e institucionais.

O conceito de mononormatividade, formulado por Barker e Langdridge (2010), permite compreender essa permanência como regime cultural que toma a exclusividade afetivo-sexual como padrão moral superior. Sua força reside na invisibilidade: não necessita ser declarada para estruturar expectativas sociais e práticas profissionais. A ausência de problematização explícita da monogamia nos currículos formativos contribui para sua naturalização, reforçando concepções restritivas de normalidade conjugal.

Nesse sentido, a conjugalidade deve ser analisada como categoria regulada, atravessada por dispositivos de poder e reconhecimento social, e não como simples manifestação espontânea de necessidades universais. Sua historicidade exige investigação crítica, sobretudo quando considerada no interior da formação profissional em Psicologia.

Mononormatividade, colonialidade e produção de subjetividades

A normatividade relacional não opera isoladamente, mas integra processos históricos mais amplos de organização social. A colonialidade do saber, conforme formulada por Quijano (2005), refere-se à permanência de hierarquias epistemológicas que privilegiam matrizes eurocentradas como universais, marginalizando outras formas de produção de conhecimento. No campo das relações afetivas, a monogamia moderna consolidou-se como padrão associado à civilização, progresso moral e racionalidade ocidental.

A naturalização da conjugalidade exclusiva esteve articulada a projetos históricos de regulação da sexualidade e organização patrimonial da família. Ao universalizar determinadas formas de vínculo como expressão de maturidade emocional, discursos científicos participaram da legitimação dessas matrizes normativas. Núñez (2023) argumenta que categorias psicológicas frequentemente operam processos de universalização de experiências historicamente localizadas, invisibilizando modos de existência que escapam ao referencial hegemônico. A colonialidade não se limita à dimensão econômica ou política, mas atravessa também a produção de subjetividades e a definição do que pode ser reconhecido como vida legítima.

A crítica queer contribui para essa problematização ao evidenciar que normas estruturam inteligibilidade e reconhecimento social. Butler (1990) sustenta que apenas determinadas formas

de existência tornam-se reconhecíveis dentro dos marcos normativos vigentes, enquanto outras permanecem à margem do campo do possível. A conjugalidade monogâmica opera como matriz de reconhecimento que delimita os contornos da legitimidade relacional, influenciando percepções sociais sobre estabilidade, compromisso e saúde psíquica.

No contexto educacional brasileiro, Louro (2008) demonstra que instituições formativas participam ativamente da reprodução de normatividades de gênero e sexualidade. O currículo não constitui espaço neutro de transmissão de conhecimento, mas arena de disputas simbólicas na qual determinados saberes são privilegiados em detrimento de outros. Quando a pluralidade relacional não é tematizada de modo crítico na formação acadêmica, produz-se silêncio que contribui para a manutenção da mononormatividade como referência implícita.

Assim, a análise da formação em Psicologia deve considerar que as categorias conjugais ensinadas não são meramente técnicas, mas carregam historicidade e implicações políticas. A mononormatividade, nesse sentido, constitui instrumento silencioso de regulação simbólica que influencia a construção do olhar profissional.

Formação em Psicologia como mediação simbólica na constituição da consciência

A teoria histórico-cultural oferece aparato conceitual fundamental para compreender como a formação universitária participa da constituição da consciência profissional. Para Vigotski (1934/2001), o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre por meio da internalização de instrumentos simbólicos historicamente produzidos. O ensino de conceitos científicos não apenas amplia o repertório informacional do estudante, mas reorganiza qualitativamente sua estrutura de pensamento, permitindo que a realidade seja apreendida de maneira mediada e sistemática.

Leontiev (1978) amplia essa compreensão ao afirmar que a consciência emerge na atividade socialmente estruturada. A formação acadêmica configura atividade organizada na qual categorias teóricas são apropriadas, ressignificadas e incorporadas ao modo de interpretar fenômenos psicológicos. O currículo, nesse contexto, funciona como sistema de mediações que delimita quais conceitos são apresentados como centrais e quais permanecem periféricos.

Davídov (1988) argumenta que o ensino teórico deve revelar relações essenciais dos fenômenos, possibilitando generalização consciente e crítica. Quando a historicidade das categorias conjugais não é explicitada na formação, corre-se o risco de apresentar modelos

relacionais específicos como universais. A ausência de problematização não equivale à neutralidade; constitui forma de mediação que reforça pressupostos normativos implícitos.

A consciência profissional pode, portanto, ser compreendida como sistema organizado de significados internalizados ao longo do percurso formativo. As categorias ensinadas estruturam o modo como o futuro profissional percebe normalidade, sofrimento e intervenção clínica. Se a conjugalidade é predominantemente apresentada sob moldes diádicos exclusivos, essa configuração tende a ser naturalizada como parâmetro implícito de referência.

Sob essa perspectiva, a formação em Psicologia não apenas transmite técnicas, mas participa da produção de modos de ver, classificar e agir diante da pluralidade relacional contemporânea. Investigar a constituição da consciência profissional implica examinar as mediações simbólicas que estruturam o currículo e as implicações éticas decorrentes dessas mediações.

Consciência profissional, ética e enfrentamento do relativismo

A problematização da mononormatividade no interior da formação acadêmica frequentemente suscita a objeção de relativismo moral, como se reconhecer a historicidade das categorias conjugais implicasse abdicar de critérios clínicos consistentes. Essa tensão, contudo, precisa ser analisada a partir de bases epistemológicas rigorosas. A teoria histórico-cultural sustenta que o conhecimento científico permite apreender relações mediadas e superar interpretações espontâneas e naturalizadas da realidade, não se confundindo com relativismo absoluto (Vigotski, 1934/2001; Davídov, 1988). Reconhecer a construção histórica das categorias não significa negar sua utilidade analítica, mas compreender suas condições de produção e seus limites.

A distinção entre sofrimento intrarrelacional e sofrimento produzido por estigmatização social torna-se central nesse debate. A literatura crítica tem demonstrado que experiências de sofrimento frequentemente associadas a arranjos não monogâmicos podem estar vinculadas não à estrutura do vínculo em si, mas à pressão normativa exercida pela mononormatividade (Barker & Langdridge, 2010; Conley et al., 2013). Nessa perspectiva, a análise clínica exige considerar os efeitos sociais da marginalização e da ausência de reconhecimento, evitando interpretações que tomem a exclusividade como parâmetro universal de estabilidade emocional.

A consciência profissional, entendida como sistema organizado de significados internalizados no percurso formativo, envolve capacidade de problematizar pressupostos

implícitos nas categorias utilizadas na prática clínica (Leontiev, 1978). Se os conceitos científicos reorganizam qualitativamente o pensamento, como sustenta a tradição histórico-cultural, então a formação universitária desempenha papel decisivo na constituição dos critérios por meio dos quais o profissional avalia normalidade e sofrimento (Vigotski, 1934/2001). A ausência de debate crítico sobre pluralidade relacional não configura neutralidade, mas mediação que contribui para a naturalização de determinados modelos de vínculo.

Sob perspectiva decolonial, a universalização da monogamia como ideal civilizatório também precisa ser examinada em seus desdobramentos éticos (Quijano, 2005; Núñez, 2023). Quando categorias produzidas em contextos específicos são apresentadas como universais, corre-se o risco de reproduzir hierarquias epistemológicas que invisibilizam outras formas legítimas de organização afetiva. O desenvolvimento da consciência profissional crítica implica, portanto, reconhecer a historicidade dessas categorias e ampliar o campo de inteligibilidade das experiências relacionais.

A crítica queer reforça que normas operam como matrizes de reconhecimento que delimitam quais vidas e vínculos tornam-se socialmente legítimos (Butler, 1990). No campo da formação profissional, essa delimitação influencia diretamente a maneira como futuros psicólogos interpretam demandas clínicas. Uma consciência profissional ética exige não apenas domínio técnico, mas posicionamento reflexivo diante das condições sociais que estruturam a experiência subjetiva.

O enfrentamento do relativismo, portanto, não se realiza pela reafirmação acrítica de modelos normativos, mas pela qualificação conceitual do olhar clínico. A formação em Psicologia pode contribuir para esse processo ao explicitar as mediações históricas que atravessam suas categorias e ao promover reflexão sistemática sobre os efeitos formativos da naturalização de determinadas concepções conjugais. O desenvolvimento da consciência profissional, nesse contexto, articula rigor científico, análise histórica e responsabilidade ética diante da pluralidade relacional contemporânea.

DISCUSSÃO

A mononormatividade não se impõe na formação em Psicologia apenas por meio de afirmações explícitas, mas sobretudo pela forma como determinados modelos conjugais são tomados como referência implícita de estabilidade e maturidade emocional. Mesmo quando os currículos incorporam discussões sobre diversidade sexual e de gênero, a pluralidade relacional

tende a ocupar posição marginal, permanecendo subordinada ao paradigma diádico exclusivo. Esse deslocamento para a periferia curricular não constitui ausência neutra, mas operação simbólica que preserva a exclusividade como horizonte de normalidade.

As transformações descritas pela sociologia da intimidade ajudam a compreender esse movimento. Giddens (1993) identifica a crescente reflexividade dos vínculos contemporâneos, enquanto Bauman (2004) enfatiza a fluidez das relações na modernidade tardia. Contudo, apesar de reconhecerem mudanças estruturais, ambos mantêm como pano de fundo a centralidade da conjugalidade monogâmica. A crítica formulada por Barker e Langdridge (2010) desloca esse eixo ao demonstrar que a exclusividade não é dado natural, mas regime cultural que organiza expectativas sociais e institucionais. Essa perspectiva torna visível o caráter normativo de categorias frequentemente apresentadas como neutras.

Evidências empíricas reforçam a necessidade desse deslocamento analítico. Pesquisas sobre não monogamias consensuais indicam que níveis de satisfação e estabilidade relacional não se mostram, por definição, inferiores aos observados em relações monogâmicas, sugerindo que a associação entre exclusividade e saúde emocional não se sustenta automaticamente em dados objetivos (Conley et al., 2013). A permanência da monogamia como parâmetro privilegiado parece, portanto, estar ancorada em sedimentações históricas mais profundas do que em comprovações empíricas.

9

Ao considerar a colonialidade do saber, torna-se possível compreender como determinadas formas de vínculo foram associadas à ideia de progresso civilizatório. A universalização da conjugalidade exclusiva esteve articulada à organização patrimonial da família e à regulação moral da sexualidade, consolidando-se como padrão legítimo nas sociedades ocidentais (Quijano, 2005; Núñez, 2023). Quando essas categorias são ensinadas como universais na formação profissional, reproduzem-se hierarquias epistemológicas que invisibilizam outras formas possíveis de organização afetiva.

Sob a lente da teoria histórico-cultural, esse processo adquire nova dimensão. Vigotski (1934/2001) sustenta que o conceito científico reorganiza qualitativamente o pensamento, promovendo transformação estrutural do modo como o sujeito apreende a realidade. Se os referenciais teóricos ensinados nos cursos de Psicologia apresentam a conjugalidade predominantemente sob moldes exclusivos, a internalização desses conceitos tende a configurar o olhar clínico segundo essa matriz. Leontiev (1978) demonstra que a consciência se constitui

na atividade socialmente estruturada; nesse sentido, o currículo opera como sistema de mediações que orienta a apropriação conceitual.

A formação universitária, portanto, não apenas transmite conteúdos, mas organiza modos de interpretação. Davídov (1988) destaca que o ensino teórico deve revelar relações essenciais dos fenômenos, evitando a cristalização de aparências imediatas. Quando a historicidade das categorias conjugais não é explicitada, naturalizam-se modelos específicos, restringindo o campo de reconhecimento das experiências relacionais. A ausência de problematização não elimina a norma; ao contrário, contribui para sua consolidação silenciosa.

A crítica queer aprofunda esse argumento ao evidenciar que normas estruturam regimes de reconhecimento, delimitando quais vínculos se tornam inteligíveis e legitimados (Butler, 1990). No âmbito da formação profissional, essa delimitação influencia diretamente a interpretação das demandas clínicas. A consciência profissional não pode ser reduzida a domínio técnico de instrumentos diagnósticos; ela envolve posicionamento reflexivo diante das condições históricas que atravessam a experiência subjetiva.

Nesse contexto, a distinção entre sofrimento decorrente de dinâmicas intrarrelacionais e sofrimento produzido por estigmatização social torna-se central. A pressão normativa exercida pela mononormatividade pode gerar conflitos que não derivam da estrutura relacional em si, mas da ausência de reconhecimento social. Reconhecer essa dimensão amplia o horizonte ético da prática clínica, deslocando o foco de adequação a modelos hegemônicos para a compreensão das mediações sociais implicadas no sofrimento.

10

A articulação entre teoria histórico-cultural, crítica da mononormatividade e perspectiva decolonial evidencia que a formação em Psicologia participa ativamente da produção de sentidos sobre conjugalidade e normalidade. A consciência profissional emerge como resultado de processos de apropriação conceitual que podem tanto reproduzir pressupostos naturalizados quanto possibilitar sua problematização crítica. O desenvolvimento dessa consciência depende da explicitação das mediações históricas que estruturam as categorias ensinadas, permitindo que o olhar clínico reconheça a pluralidade relacional sem reduzi-la a desvio de um modelo previamente estabelecido.

CONCLUSÃO

As transformações contemporâneas nas formas de organização da intimidade impõem à Psicologia o desafio de revisar criticamente as categorias por meio das quais interpreta

conjugalidade, normalidade e sofrimento. A permanência da monogamia como parâmetro implícito de estabilidade emocional revela que a normatividade relacional não se sustenta apenas em evidências empíricas, mas em sedimentações históricas, culturais e epistemológicas que atravessam a formação profissional.

Ao articular teoria histórico-cultural, crítica da mononormatividade e perspectiva decolonial, tornou-se possível compreender que a formação em Psicologia não constitui mero espaço de transmissão técnica, mas processo ativo de mediação simbólica. Os conceitos ensinados reorganizam o pensamento, estruturam o olhar clínico e delimitam os critérios por meio dos quais experiências relacionais são avaliadas. A consciência profissional, nesse contexto, não emerge de forma espontânea, mas é constituída na atividade formativa, na internalização de categorias e na maneira como estas são apresentadas como universais ou historicamente situadas.

A naturalização de modelos conjugais específicos restringe o campo de reconhecimento das experiências afetivas, influenciando tanto a interpretação do sofrimento quanto as possibilidades de intervenção. Reconhecer a historicidade dessas categorias não implica relativizar critérios clínicos, mas qualificar sua aplicação, distinguindo conflitos inerentes às dinâmicas relacionais daqueles produzidos por estigmatização social e invisibilidade normativa. Essa distinção amplia o horizonte ético da prática profissional e fortalece a responsabilidade crítica diante das transformações socioculturais.

11

A formação em Psicologia, sobretudo nos níveis de graduação e pós-graduação, assume papel estratégico nesse processo. Ao explicitar as mediações históricas que sustentam suas categorias, pode contribuir para o desenvolvimento de uma consciência profissional capaz de articular rigor científico e sensibilidade às pluralidades relacionais contemporâneas. Tal movimento não consiste em substituir um modelo hegemônico por outro, mas em ampliar o campo de inteligibilidade das experiências afetivas, reconhecendo que os vínculos humanos são produzidos em contextos históricos específicos e atravessados por disputas de sentido.

O deslocamento do debate da prática clínica isolada para o campo das mediações formativas evidencia que o enfrentamento da mononormatividade passa necessariamente pela revisão crítica do currículo e dos referenciais teóricos ensinados. A constituição de um olhar profissional atento à pluralidade relacional depende da problematização sistemática dos pressupostos que organizam o ensino e da incorporação de abordagens que reconheçam a diversidade como dimensão legítima da experiência humana. Nesse sentido, o desenvolvimento

da consciência profissional torna-se tarefa formativa e ética inseparável da produção de conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

BARKER, Meg-John; LANGDRIDGE, Darren. Whatever happened to non-monogamies? Critical reflections on recent research and theory. *Sexualities*, London, v. 13, n. 6, p. 748–772, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONLEY, Terri D. et al. The fewer the merrier? Assessing stigma surrounding consensually non-monogamous romantic relationships. *Analyses of Social Issues and Public Policy*, v. 13, n. 1, p. 1–30, 2013.

DAVÍDOV, Vasili Vasilievich. Problems of developmental teaching: the experience of theoretical and experimental psychological research. Moscou: Progress Publishers, 1988.

GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993.

LEONTIEV, Alexei Nikolaevich. Activity, consciousness, and personality. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1978.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NÚÑEZ, Geni. Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Planeta, 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WEEKS, Jeffrey. *The world we have won: the remaking of erotic and intimate life*. London: Routledge, 2007.